FACULDADES INTEGRADAS DE ARACRUZ

GRADUAÇÃO DE PEDAGOGIA

Autorização: Portaria MEC nº 234 de 13/03/1998

Reconhecimento: Portaria MEC nº 698 de 26/05/2000

Renovação do reconhecimento: Portaria MEC nº 757 de 03/09/2007

NÚBIA DOS SANTOS MARASTONI

A EDUCAÇÃO ESCOLAR PARA O POVO GUARANI:

OS SENTIDOS E SIGNIFICADOS ATRIBUÍDOS POR UM EDUCADOR INDÍGENA

ARACRUZ

2018

NÚBIA DOS SANTOS MARASTONI

A EDUCAÇÃO ESCOLAR PARA O POVO GUARANI:

OS SENTIDOS E SIGNIFICADOS ATRIBUÍDOS POR UM EDUCADOR INDÍGENA

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado às Faculdades Integradas de Aracruz, como parte dos requisitos exigidos para a obtenção do título de Licenciatura em Pedagogia.

Orientador: Rita

ARACRUZ

2018

NÚBIA DOS SANTOS MARASTONI

A EDUCAÇÃO ESCOLAR PARA O POVO GUARANI:

SENTIDOS E SIGNIFICADOS ATRIBUÍDOS POR UM EDUCADOR INDÍGENA

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado às Faculdades Integradas de Aracruz, como parte dos requisitos exigidos para a obtenção do título de Licenciatura em Pedagogia.

Aprovado em _____ de _____ de ____, por:

COMISSÃO EXAMINADORA

Rita de Cássia Mitleg Kulnig

Prof. Ms. Rita de Cássia MitlegKulnig- Orientador

_____

Prof. Dr. Arismar Manela, Faculdades Integradas de Aracruz

_____

Prof. Ms. Andrea Cristina Almeida, Secretaria Municipal de Educação de Aracruz

A EDUCAÇÃO ESCOLAR PARA O POVO GUARANI: SENTIDOS E SIGNIFICADOS ATRIBUÍDOS POR UM EDUCADOR INDÍGENA

Núbia dos Santos Marastoni*

RESUMO

O presente artigo teve como objetivo aproximar-se das significações que a educação escolar tem para o povo Guarani, por meio dos sentidos e significados atribuídos a esta por um educador indígena. Foram utilizadas duas estratégias para produção das informações: revisão bibliográfica sobre a temática do processo de escolarização dos povos indígenas no Brasil e entrevista, uma com um profissional do Setor de Educação Indígena da Secretaria Municipal de Educação de Aracruz e outra com um profissional da etnia Guarani que atua em uma instituição escolar situada em território indígena. O processo educativo para este povo possui três dimensões: a Familiar, a Religiosa e a Escolar, que se entrelaçam de forma orgânica. A educação escolar para o povo Guarani deve contribuir para a preservação e o fortalecimento da identidade das crianças e jovens, ensinando-lhes quais são as suas raízes e quem eles são, mantendo o sentimento de pertencimento da criança e do jovem ao seu povo. Desta forma, a escola indígena tem como objetivo permitir que suas crianças sejam crianças indígenas, que possam aprender os saberes de sua cultura, que possam se comunicar usando sua língua, que possam aprender da forma que lhes é mais real, e não separar o indígena do não indígena.

Palavras-chaves: Educação escolar indígena. Povo Guarani. Sentidos. Significados.

INTRODUÇÃO

Vivi minha infância em Lajinha, uma pequena comunidade ribeirinha, localizada no interior de Aracruz, município situado no estado do Espírito Santo. Desde a infância, necessitando utilizar o transporte público, muito curiosa, chamavam-me a atenção, ao entrar nos ônibus, aqueles homens e mulheres com vários adornos feitos de sementes e dentes de animais. Ficava admirando-os, achava-os belos.

Outras vezes, ao navegar de barco com meus familiares, buscando levar o barco das margens do rio Piraquê-Açu para o Piraquê-Mirim, avistava, ao longe, crianças pintadas que, ao notarem a nossa presença, corriam e se escondiam. Sobre estas crianças pouco eu sabia. Tinha uma visão estereotipada sobre elas.

Pensava que usavam estopa para cobrir a nudez, que andavam com o arco e flecha para caçar. Alguns questionamentos me viam a mente: será que sabiam ler e escrever? Será que sabiam desenhar? Será que tinham amigos? Será que também brincavam de pular corda?

Apesar de todos estes questionamentos, mesmo sem conhecê-las, percebia que eram crianças como eu, que, de longe, corriam, riam, tomavam banho de rio, e que possivelmente frequentassem uma escola. Estas crianças, e aqueles homens e mulheres, que nunca tive a oportunidade de conhecer e conviver, de certa forma, inspiraram o estudo relatado neste artigo, que teve como objetivo aproximar-se das significações que a educação escolar tem para o povo Guarani, por meio dos sentidos e significados atribuídos a esta por um educador indígena.

Para alcançar este objetivo, realizamos este estudo em três etapas. Na primeira etapa, realizamos uma revisão bibliográfica nos apropriamos do processo de escolarização dos povos indígenas no Brasil. A segunda etapa deste consistiu na coleta de informações sobre o processo de escolarização dos povos indígenas de aldeados no município de Aracruz. Para isto, além de serem consultados dados disponíveis no site da Secretaria Municipal de Educação (SEMED), foi realizada uma entrevista com um técnico do setor de Educação Indígena. De posse de todas essas informações, entrevistamos um profissional que atua em uma instituição escolar situada nas terras do povo Guarani de Aracruz.

Neste trabalho, partimos do reconhecimento de que os indígenas são cidadãos de direitos, e de que o povo indígena Guarani deve ser considerado patrimônio cultural da cidade de Aracruz. Vale esclarecer, também, que partimos do entendimento de que educação possui um sentido amplo, podendo ser definida de diversas maneiras. Às vezes, é compreendida como comportamento de um indivíduo, outras vezes, como costume de um povo. Pode ser considerada formal, não-formal ou informal. Neste trabalho, o foco é a educação formal, que acontece no ambiente escolar, que possui um currículo prescrito, um calendário a ser cumprido, uma proposta pedagógica definida, e que, apesar de toda esta formalidade, adquire, a partir das vivências escolares dos indivíduos, diversas significações e diversos sentidos

1 SALVAGUARDA[1]: AMPAROS LEGAIS DA EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA

A educação escolar oferecida aos povos indígenas não é atual, ela vem acontecendo desde a época da colonização do Brasil. De acordo com Secchi (2002), apesar dos povos indígenas conviverem com algum tipo de escola há quase 500 anos, somente a partir da segunda metade do século XX, esta herança escolar colonial passa a receber novas adjetivações (específica, diferenciada, intercultural, bilíngue), e a educação escolar desses povos passou a ser tratada como política pública, como um direito de cidadania.

Baniwa (2013) ressalta que as "escolas para índios"[2] do período colonial seguiam os propósitos dos colonizadores, e visavam conduzir e forçar que os nativos fossem integrados e assimilados à "Comunhão Nacional". Desse modo, o ensino era baseado em princípios religiosos e ministrado por jesuítas, e tinha a finalidade de dar uma alma a esse povo, considerado, por alguns padres no século XVI, pessoas "[...] sem Fé, sem Rei, sem Lei" (BERGAMASCHI e MEDEIROS, 2010, p. 57).

Como explicam Bergamaschi e Medeiros (2010, p. 56), "[...] a escola imposta aos indígenas foi portadora de um projeto educativo para a formação de cristãos e súditos da Coroa portuguesa e, posteriormente, de cidadãos portadores de uma identidade nacional". Ou seja, a "escola para índios" tinha três intuitos: colonizar, integrar e civilizar os povos indígenas.

Contudo, esta perspectiva educacional vem sofrendo mudanças em consequência de movimentos de afirmação étnica ocorridos nas últimas décadas. Dessa forma, como ressaltam Bergamaschi e Medeiros (2010, p. 56),

> Amparada em leis que constituem um modelo diferenciado e específico de educação escolar, cada povo tomou para si a tarefa de elaborar currículos escolares e propostas pedagógicas, informados por suas cosmologias. E, embora o modelo escolar mais contundente nas aldeias ainda seja o da modernidade ocidental, vê-se, cada vez mais forte, a busca de outros

---

[1] O termo salvaguarda significa “proteção e garantia concedidas por autoridade ou instituição”. Fonte: https://www.dicio.com.br/salvaguarda/

[2] De acordo com Baniwa (2013, p. 1, grifo do autor), no período entre 1500 e 1988, "[...] não cabe a denominação de escola indígena, uma vez que esta pressupõe algum nível de participação e protagonismo indígena. Na 'escola para índio' a relação é verticalmente de brancos para índios, ou seja, os brancos são os donos e mandatários da escola que impõem processos educativos segundo seus interesses".

> referenciais para essas práticas escolares, construindo aos poucos escolas específicas e diferenciadas, já reconhecidas pelas leis educacionais do país.

Na contemporaneidade, com direito garantido por lei, a educação escolar indígena aponta para novos horizontes não se preocupando em discutir se os índios "têm alma ou não", mas sim em considerá-los cidadãos com direitos específicos (SECCHI, 2002).

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), Lei n° 9.394/96, especificamente em seus art. 78 e 79, garante um olhar diferenciado para a educação escolar indígena, salientando que os sistemas de ensino devem propiciar uma educação que busque preservar e reafirmar a cultura e costumes destes povos, enfocando o fortalecimento da língua materna de cada povo em particular, suas práticas socioculturais, a formação específica de docentes para o magistério indígena, currículos específicos, materiais diferenciados e diversificados, entre outros aspectos.

O documento Referencial Curricular Nacional (RCN) para as Escolas Indígenas é outro marco que sustenta este olhar diferenciado para a educação escolar desses povos. Nele, são apresentadas sugestões de trabalho pedagógico a partir das áreas de conhecimento, considerando os saberes das culturas indígenas.

Este olhar específico para a escolarização deste segmento da população brasileira é também expresso no Plano Nacional de Educação (PNE), quando são apresentadas as metas a serem atingidas na educação escolar indígena, como, por exemplo, a universalização do ensino que busca dar a todos os indígenas acesso aos conhecimentos científicos. Meta relevante, pois possibilitará mais indígenas concluindo o ensino básico, mais indígenas chegando às universidades, dando oportunidades de inserção do indígena nos diversos espaços sociais dentro e fora das aldeias.

No entanto, apesar desta salvaguarda, e das conquistas já realizadas ao longo do tempo, ainda há muito caminho a ser percorrido para que toda a população indígena em nosso país possa usufruir plenamente de seus direitos garantidos em leis (SECCHI, 2002; BERGAMASCHI e MEDEIROS, 2010; BANIWA, 2013).

2 UM PANORAMA DA EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA NO MUNICÍPIO DE ARACRUZ

Situado ao norte do Estado do Espírito Santo, Aracruz é o único município capixaba que possui em suas terras povos indígenas. De acordo com Rosa, Neves e Pacheco (2004), os primeiros habitantes das terras aracruzenses foram esses povos que, segundo os autores, contribuíram para a formação da população do município. Os povos indígenas de Aracruz dividem-se em duas etnias, os Tupinikins e os Guaranis, que vivem aldeados ao longo do território do município em nove aldeias, sendo três dessas aldeias Guaranis e seis Tupinikins.

Segundo esses mesmos autores (ROSA, NEVES e PACHECO, 2004), quando os portugueses aqui chegaram, no ano de 1500, os Tupinikins já habitavam as terras cobertas de matas, banhadas pelos rios Piraquê-Açu e Piraquê-Mirim que iam do litoral da Bahia até o Espírito Santo. Atualmente, os Tupinikins podem ser encontrados nas aldeias Amarelo, Areal, Caieiras Velhas, Comboios, Irajá e Pau Brasil.

Já os Guaranis, que têm como marca de sua cultura o movimento migratório em busca da "Terra sem males", como explicam Rosa, Neves e Pacheco (2004, p.50), “[...] vieram do sul do Brasil numa longa peregrinação, liderados pela índia Tâtâtim Ywaréte". Chegaram ao município nos anos 60, e, hoje, ocupam as aldeias Boa Esperança, Três Palmeiras e Olho D’água.

Esta presença dos povos indígenas no território do município tem reflexos na estruturação da SEMED, que conta com um setor responsável pela Educação Indígena. Com o objetivo de termos uma visão geral da educação pública ofertada a este segmento da população, buscamos informações neste setor por meio de entrevista realizada com uma de suas técnicas, cujos resultados serão apresentados e discutidos a seguir.

Apesar do fato de terem seus direitos garantidos na Constituição Federal, na LDBEN e no PNE, e também de existirem documentos oficiais que orientam as práticas pedagógicas indígenas como o RCN das Escolas Indígenas, não são todas as aldeias indígenas situadas no município de Aracruz que possuem escola. Das seis

aldeias Tupinikins, duas não possuem escola, e das três aldeias Guaranis, apenas uma tem escola.

Quadro 1 - Distribuição territorial da oferta de educação básica nas aldeias indígenas situadas no município de Aracruz.

Etnia	Aldeia	Segmento da Educação Básica ofertado		
		Educação Infantil	Ensino Fundamental	Ensino Médio
Guarani	Três Palmeiras	____	1° ao 9° ano	____
	Boa Esperança	____	____	____
	Olho D'Água	____	____	____
Tupinikins	Caieiras Velha	0 a 5 anos	1° ao 9° ano	____
	Comboios	4 a 5 anos	1° ao 9° ano	____
	Irajá	4 a 5 anos	1° ao 5° ano	____
	Pau Brasil	4 a 5 anos	1° ao 5° ano	____
	Amarelo	____	____	____
	Areal	____	____	____

Fonte: Elaboração própria a partir de informações obtidas no Setor de Educação Indígena da Secretaria Municipal de Educação de Aracruz.

Como pode ser observado no Quadro 1, apenas dois segmentos da Educação Básica, a Educação Infantil e o Ensino Fundamental, são ofertados nessas escolas situadas nas aldeias indígenas. Em Caieiras Velha, a Educação Infantil e o Ensino Fundamental são ofertados na mesma escola. Em Comboios, o Ensino Fundamental e a Educação Infantil também são ofertados em uma única escola, que atende às crianças com idades de 4 e 5 anos em uma turma mista e o ensino fundamental, do

1° ao 9° ano, é ofertado em turmas multisseriadas[3]. As aldeias Pau Brasil e Irajá possuem, cada uma, uma escola pluridocente com uma turma mista de crianças nas idades de 4 e 5 anos e, do 1° ao 5° ano do ensino fundamental, funcionam com turma multisseriada. Das aldeias Guaranis, somente a aldeia Três Palmeiras possui escola, atendendo de 1° ao 9° ano do ensino fundamental.

De acordo com as informações dadas pela técnica da SEMED, o uso da língua indígena é fundamental no processo educacional destes povos, estando presente nas matrizes curriculares das duas etnias de Aracruz. Na etnia Guarani, a língua Guarani é trabalhada na alfabetização, e a língua portuguesa só começa a ser trabalhada a partir do 4° ano do ensino fundamental. Já nas escolas Tupinikins, a língua tupi está presente desde a educação infantil, numa tentativa de fortalecer e recuperar a língua materna deste povo.

Apesar dos povos indígenas terem direito a uma educação escolar diferenciada, a mesma ainda não é garantida pelo Estado em todos os segmentos da educação básica. Em Aracruz, somente os segmentos da educação infantil e ensino fundamental são oferecidos nas escolas indígenas, como já mencionado anteriormente. O ensino médio não é ofertado nas escolas indígenas tanto do povo Guarani, quanto do Tupinikim. Desse modo, à medida que terminam o ensino fundamental, os jovens indígenas que querem prosseguir na vida acadêmica devem se deslocar para a zona urbana.

Esta falta de oferta do Ensino Médio nas escolas indígenas tem favorecido a evasão escolar nesse segmento, e, consequentemente, uma minoria de jovens indígenas com ensino básico completo e poucos com ensino superior.

3 ESTRATÉGIAS E INSTRUMENTOS

Para nos aproximarmos das significações da educação escolar para o povo Guarani, aldeado no município de Aracruz, entrevistamos um educador indígena, graduado em pedagogia, com especialização e mestrado na área de linguagens, e

[3] As classes multisseriadas são uma forma de organização de ensino na qual o professor trabalha, na mesma sala de aula, com várias séries do Ensino Fundamental simultaneamente, tendo de atender a alunos com idades e níveis de conhecimento diferentes.

experiência profissional tanto na área da docência quanto na área da gestão. Experiências estas vividas em escola indígena situada em território Guarani.

Para isso, foi construído um roteiro de entrevista pautado em quatro eixos norteadores[4]. O roteiro serviu para orientar a conversa, como uma espécie de alerta para que não fugíssemos dos objetivos da pesquisa, porém, respeitando a livre expressão de nosso entrevistado.

Concordamos com Carvalho (2012) quando ele aponta ser a trajetória escolar de um indivíduo um processo relevante por possibilitar ao indivíduo vivenciar situações de aprendizagem nas quais vai constituindo sua identidade, desenvolvendo suas habilidades e competências. Desta forma, a escola adquiri uma função social de não somente contribuir para a aquisição de conhecimentos científicos, mas também, ao lado de outras instituições sociais, de contribuir para a construção da identidade por constituir-se em um

> [...] espaço de produção de saberes, de experiências, de interrelações, de comunicações, de intenções e das operações de sentido – simbólicas. Cada instituição social possui estrutura, modos e meios de funcionamento específicos. Nelas, as relações sociais são instituídas dentro de modelos culturais pré-estabelecidos, investidas de afetos e representações acerca do conjunto de relações e práticas que tem uma referência em comum, de tal forma que sejam acessíveis aos atores sociais. (CARVALHO, 2012, p.210)

Desta forma, o objetivo do primeiro eixo norteador da entrevista foi caracterizar a trajetória escolar do educador entrevistado. Logo, foram realizadas indagações sobre as escolas que frequentou, as modalidades de ensino que foi possível ele ter acesso, as diferenças e semelhanças entre as escolas que frequentou e a contribuição dessa trajetória escolar em sua vida.

Já o segundo eixo teve como propósito conhecer os motivos que o tornaram um profissional da educação. As indagações nesse eixo, além de terem sido pautadas nos motivos pessoais e interpessoais que o fizeram escolher atuar como educador, também focaram no seu processo de profissionalização.

---

[4] Ver Apêndice A - Roteiro da Entrevista.

O terceiro eixo teve como foco caracterizar o trabalho desse profissional. E, por fim, o objetivo do quarto eixo foi compreender o que caracteriza a educação escolar indígena.

A entrevista, que foi gravada com o consentimento do educador[5], foi transcrita[6] e dividida em trechos para facilitar a análise, cujos resultados e discussão serão apresentados a seguir.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Iniciaremos este tópico apresentando o processo de escolarização e de profissionalização do entrevistado para, depois, falarmos sobre a sua experiência como educador. Por fim, descreveremos as práticas educacionais vividas pelo povo Guarani na aldeia Três Palmeiras.

A escolarização inicial do entrevistado se deu numa pequena escola, localizada numa aldeia vizinha à que residia, que, como ele nos explica *"*[...] *era uma escola rural e tinha uma professora não Índia,* [...] *a prefeitura e a FUNAI tinham parceria* [...]*"* (Trecho 2 - Entrevista com o educador)

Após esta primeira experiência escolar vivida ainda em uma aldeia indígena, mesmo que em uma "escola para índios", ele passou a frequentar uma escola localizada na zona urbana, incentivado por um primo, onde cursou os dois primeiros anos das séries finais do ensino fundamental. Esta decisão, no entanto, apesar de vislumbrar a possibilidade de conhecer algo novo, foi precedida da incerteza e do medo do que enfrentaria O medo de entrar num ambiente que não lhe era comum, que não era parte de seu dia-dia, um ambiente no qual ele não conviveria com crianças/adolescentes como ele:

> *Aí, quando passei para 5° ano, aí, eu tive que..., fiquei parado um ano, e o meu primo estava estudando ainda, 4° ano, 4ª série. Aí, eu fiquei parado sem estudar. Aí, eu já estava com idade já defasada. Aí, quando ele terminou a 4ª série, ele me incentivou: "vamos estudar em Coqueiral? Lá tem muitas garotas". Ele ficou me incentivando. Eu ficava com medo: "será que vou?" Lá, era um povo diferente, por isso ficava com medo de ir para lá.*

[5] Ver Apêndice B - Modelo do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

[6] Para destacar os trechos da entrevista utilizados na elaboração deste artigo, recorreu-se ao uso do itálico e do recuo.

> *Mas, como ele me chamou, me incentivou, aí, eu fui junto com ele*. (Trecho 5 - de Entrevista com educador)

Em seguida, novamente motivado pelo primo, que foi estudar em uma instituição localizada em um outro município, o entrevistado finalizou o ensino fundamental em uma escola rural:

> *Eu quis sair também. Eu saí, mas me transferi para Rio Bananal, porque lá tinha parceria, também, com a prefeitura e a escola Rio Bananal. A Escola Família Agrícola, muitos indígenas já passaram por lá.* [...] *Aí, eu transferi pra lá e fiz 7ª e 8ª séries lá, dois anos.* (Trecho T6 - Entrevista com o educador)

Ao terminar o ensino fundamental, ele não cursou o ensino médio regular, porém participou de uma formação de magistério diferenciado, em nível de ensino médio. Essa formação seria a porta de entrada para sua carreira no magistério.

> [...] *na época, já estava acontecendo, quando eu tinha 8ª série, já quase terminando, estava acontecendo, estava iniciando um projeto do governo. Aí, tinha governo federal, que era através da UFES, de formação para professores indígenas, magistério diferenciado, magistério indígena diferenciado. (*Trecho 8 - Entrevista com o educador*)*

Após concluir o curso de formação para o magistério indígena, ele cursou Pedagogia em uma instituição privada, por meio de bolsas de estudo ofertadas pela Aracruz Celulose. Terminada a graduação, continuou seus estudos realizando dois cursos de pós-graduação: uma especialização na Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) e o mestrado em linguística na Universidade Nacional de Brasília (UNB).

É importante salientar que grande parte da formação do educador Guarani só foi possível devido à ajuda financeira recebida tanto do Estado quanto de outras entidades. Pois, como ele nos explicou em vários momentos da entrevista, sem este tipo de apoio financeiro seria impossível continuar seus estudos, mesmo não tendo que pagar as mensalidades escolares.

> [...] *tinha um empresário que a gente conhece,* [...] *que ele, também, ele era parceiro dos indígenas e da escola. E ele pagava, por semana, a alimentação. Era uma escola filantrópica* [referindo-se à Escola Família Agrícola]*, né? Mas, mesmo assim, pagava um valor que dava para alimentação.* (Trecho 6 - Entrevista com educador)

Esta questão apontada pelo entrevistado ainda persiste nos dias de hoje para muitos jovens indígenas que, diante das dificuldades financeiras, tem a sua inserção nas universidades e demais espaços formativos prejudicada, como relatou, em

reportagem recente, a pró-reitora de ações afirmativas e assistência estudantil da Universidade Federal da Bahia (UFBA), Cassia Virginia Bastos Maciel[7].

Questão resultante de uma realidade ainda perceptível em nossas escolas de educação básica, sejam elas indígenas ou não: os problemas socioeconômicos, reflexos da desigualdade social presente na sociedade brasileira. Desigualdade que marca a trajetória escolar de um grupo de crianças que continuam indo para a escola só para terem acesso a uma refeição, assim como ocorreu com o entrevistado. Situação que desvela um dos sentidos que a educação escolar tinha para ele e ainda tem para muitas crianças: satisfazer as necessidades "fisiológicas" num primeiro momento:

> [...] *na época, a gente passava também dificuldade em casa, financeiramente* [...] *tinha merenda, isso eu gostava de ir* [para a escola] *para merendar, isso também me ajudava pra ir pra escola*. (Trecho 3 - Entrevista com o educador).

Outra realidade que se fez presente na trajetória escolar desse educador foi o encontro com a "figura do professor tradicional", caricaturada por ele como ditador.

> *A professora* [referindo-se à professora dos anos iniciais] *era um General, como se fosse ditadura. Queria os alunos tudo igual, né? Queria os alunos sentados um atrás do outro. "Tem que saber o hino nacional... tem que saber matemática..." Então, era esse parâmetro.* (Trecho 18 - Entrevista com o educador)

Um professor que silencia o seu aluno, pois somente ele, professor, é digno da palavra, pois só ele tem conhecimentos relevantes. Ou seja, um professor que não se aproxima em nada da educação escolar que os povos indígenas têm direito hoje.

Como afirmam Fils-Aime, Silva e Santin (2012), a trajetória escolar e tudo que a constitui, seja uma refeição, um professor, a linguagem usada, contribuem para a construção da identidade do sujeito, de forma positiva ou negativa.

> Ao longo da vida, todas as experiências, sejam elas boas ou ruins, são armazenadas em nossa memória. Essas memórias configuram-se na formação da personalidade das pessoas, no caso dos educadores, e também influenciam na formação de outras pessoas: os alunos. (FILS-AIME, SILVA, SANTIN, 2012, p.1)

---

[7] Para mais detalhes, consultar reportagem sobre cortes no programa Bolsa Permanência. Disponível em <http://gazetaweb.globo.com/portal/noticia/2018/06/governo-federal-corta-bolsa-para-alunos-indigenas-e-quilombolas_55911.php>. Acesso em 10 de junho de 2018.

As experiências negativas podem ser vistas como aquilo que pode ser aperfeiçoado, que se pode fazer diferente. Nesta perspectiva, as experiências negativas podem ser consideradas boas pois incomodam e fazem com que sejam procuradas novas formas de agir, como no caso do “encontro” que o entrevistado teve com a “figura” de um professor “autoritário”. “Encontro” este, que influenciou em sua ação como docente, possibilitando-lhe pensar novas formas de ensinar, de aprender, de incentivar, de ser professor.

> [...] *Por um lado era ruim* [ter a professora “general”], *mas por outro lado, eu tive experiência, porque eu estou contando... porque eu tive essa experiência e como que era, e com isso, a gente aprende a não realizar essas coisas. (Trecho 18 - Entrevista com o educador)*

O sentido impregnado à educação escolar pode adquirir diversas formas quando se considera o espaço onde acontece, a língua que se utiliza, e a forma com que se é “tratado”. Quando se estuda em um espaço não condizente com sua realidade, quando a língua utilizada não é a falada por você e quando não são consideradas as suas singularidades, a educação adquire um sentido único: exclusão.

É possível perceber a importância das legislações para a consolidação de uma educação escolar indígena inclusiva, seja ela Guarani ou de qualquer outra etnia, pois o ensino a que o educador Guarani teve acesso (anterior às salvaguardas da educação escolar indígena), em praticamente todos os segmentos, ressalvada a pós graduação, não era um ensino inclusivo, fundamentado em uma proposta intercultural, pois na maioria das vezes o respeito à sua identidade lhe era negado.

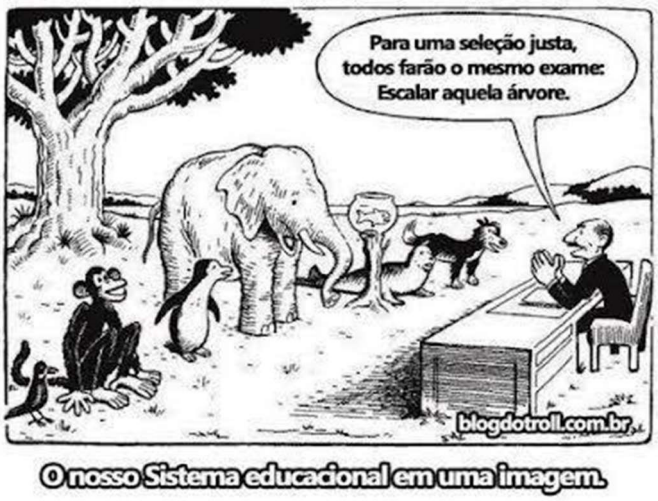
> [...] *eu tinha muita dificuldade* [na escola] *porque eu não falava o português e a professora só falava português* [...]. (Trecho 12 - Entrevista com o educador)

A língua é uma das manifestações culturais que fundamentam a identidade de um povo e um dos elementos essenciais na construção da subjetividade. Negar aos povos indígenas o uso de sua língua materna em seu processo de escolarização, é negar-lhe sua identidade, tanto quanto o fato de alguns indígenas não poderem ser registrados com o nome indígena, como nos explicou o educador Guarani, somente nomes da cultura não indígena, pois os cartórios não aceitavam realizar os registros das crianças com nomes indígenas.

Apesar de na época em que o entrevistado tenha cursado a educação básica, o governo tenha proporcionado vários projetos para que o indígena tivesse acesso ao ensino formal, a escola, ao tratar todos da mesma forma, os excluía, como ele nos explica:

> *É a mesma coisa quando têm várias charges, né? Que a gente encontra por aí. Tipo assim, tem vários bichinhos [Fig. 1]. Aí, quem subir naquela árvore está aprovado. É como se fosse isso, Aí, quem que vai subir na árvore? Só o macaco, só o bicho que consegue subir. E os outros? Então, é dessa forma que vê. Então, os indígenas também têm que estar nessa linha, tem que fazer igual o não índio. (Trecho 15 - Entrevista com Educador)*

Figura 1: Homogeneidade Social



Fonte: http://www.amankay.org.br/educadorinclusivo/index.php/capitulos/capitulo-2

Assim, podemos dizer que, quando o entrevistado cursou a educação básica, os indígenas eram “incluídos”, pois tinham acesso à escola, recebiam o mesmo ensino que os não índios, eram tratados como iguais. No entanto, esta igualdade desconsiderava sua cultura, emergindo a busca pela homogeneidade social cultural, que, paradoxalmente, os excluía.

> *Então, não adianta porque é desde 1500, quando os portugueses chegaram. Queria unificar a cultura... unificar a tradição… assim: “eu estou trazendo a minha cultura. Agora, você vai ter que pegar minha cultura, seguir minha cultura. E a sua cultura, você esquece, porque sua cultura é inferior”*. (Trecho 16 - Entrevista com o educador)

A educação escolar sistematizada que ocorre atualmente na aldeia do educador Guarani considera, até o 3° ano do ensino fundamental, a língua Guarani

como a principal, sendo introduzida, pouco a pouco, a língua portuguesa a partir do 4° e 5° anos do ensino fundamental.

> *Primeiro a nossa* [língua]*, depois a não índio. Hoje, de 1° ao 3° ano, a gente nem usa livro para não ter atrito linguístico. Muitos entendem português, mas não falam. Agora, no 4° e 5° ano já começam a falar um pouquinho.* (Trecho 25 - Entrevista com o educador)

Atualmente, as propostas de aprendizagem colocam a cultura Guarani como foco e, a partir daí, vão sendo introduzidos os conhecimentos científicos. Dessa forma, as crianças têm uma aprendizagem significativa, pois a preocupação maior é apresentar a essas crianças quem elas são, a que povo elas pertencem, e mostrar que elas têm direitos, que elas podem aprender os dois conhecimentos, o indígena e o não indígena, e que para ter acesso a outros saberes, elas não precisam deixar de ser quem são.

> *Outra coisa mais, a escola não é para levar criança para competir, para nós é avançar todo mundo junto, se preocupar com o outro. O importante é trabalhar para que as crianças sejam felizes, não seja gênio em matemática e português, mas e ser feliz. Trabalhar junto com os pais e os pais juntos mantendo a cultura na família, porque se ele for fazer faculdade, por exemplo, com certeza essa criança que aprende a ser Guarani, com certeza nunca vai esquecer da comunidade … ele vai voltar."* (Trecho 39 - Entrevista com o educador)"

Além da educação escolar sistematizada, o processo educativo do povo Guarani é marcado por outras duas dimensões, o que nos traz uma reflexão, pois se o educador Guarani não tivesse essas outras dimensões educativas presentes em sua trajetória escolar e profissional sua identidade indígena poderia ter se constituído embasada, exclusivamente, no ensino que recebeu. Sendo assim, ele poderia ter perdido a cultura de seu povo.

A primeira dimensão educativa que permitiu que isso não acontecesse foi a familiar, na qual a mãe tem importante papel na cultura Guarani. Pois é sua responsabilidade cuidar da educação das crianças segundo os princípios culturais de seu povo, como nos explica o educador

> *[...] nossa...cultura é mais matriarcal. A gente é sempre educado pela mãe. A mulher tem uma figura, um papel muito importante*. (Trecho 19 - Entrevista com o educador)

A segunda dimensão educativa é a religiosa, na qual as crianças não aprendem somente sobre sua religião na Casa de Reza, mas também sobre a

importância de respeitar as lideranças (na aldeia Guarani Três Palmeiras, existem as lideranças educativas, da saúde, dos conselhos, dentre outras), e a ouvir os mais velhos, porque como explica o entrevistado, referindo-se aos conselhos de sua bisavó:

> [...] *"você pode estudar lá fora, mas você tem que ser mais sábio que eles..." Aí, eu acho que eu internalizei isso. Assim, eu quero estudar.... eu quero conhecer outros povos... Mas eu não quero me tornar eles. (Trecho 20 - Entrevista com o educador)*

A religiosidade é, para o povo Guarani, imprescindível. Tanto que o nosso entrevistado considerou todo seu percurso profissional algo divino, algo predestinado pelos deuses de sua cultura:

> *Eu acho que... já tinha uma preparação divina, né? Geralmente, você... quando eu estava estudando em Rio Bananal, tinha essa proposta de fazer magistério diferenciado. Então, o povo me escolheu, então a minha trilha já estava escolhida ... não foi por, tipo assim, "Ah, eu quero ser professor!"... Foi algo que aconteceu naturalmente, que eu vi que isso era meu... o que eu... o que eu fui escolhido… Eu fui escolhido por essa profissão.* (Trecho 21 - Entrevista com o educador).

A concepção sobre a criança e os mais velhos, também trabalhada na Casa de Reza, considera os mesmos como a essência viva da cultura Guarani, pois segundo o nosso entrevistado:

> [...] *a criança... é, a gente observa que são o futuro...e os mais velhos são os detentores de conhecimento são os nossos livros…. são o esteio da nossa comunidade... então as crianças e os mais velhos são super importantes na comunidade... Eles são nossa vida...* [...]. (Trecho 29 - Entrevista com o educador).

Todas as dimensões educativas que envolvem a educação do povo Guarani de Três Palmeiras consideram seus valores culturais. A vivência na família, na Casa de Reza e na instituição escolar revelam algum significado para essas crianças e jovens, logo possuem algum sentido para eles. Portanto, para que possamos nos aproximar das significações da educação escolar para o povo Guarani talvez seja necessário refletir sobre o processo de gestão desse educador.

Podemos dizer que o ato de gerir uma escola requer conhecimentos práticos e teóricos. E, em especial na escola Guarani, esses dois conhecimentos se complementam à cultura do povo. Por isso, segundo o entrevistado, gerir uma escola indígena não é um trabalho que pode ser realizado por um não indígena. Somente o indígena Guarani saberia quais os anseios de seu povo para a escola Guarani, pois

ele é parte da comunidade, é parte daquele povo, possui uma identidade cultural comum, comunga dos mesmos ideais. Desta forma, o nosso entrevistado esmiuçou as competências e habilidades que o gestor escolar indígena deve ter:

> [...] *primeiramente eu tenho que* ***ser indígena****, porque você conhece seu povo, sua história é a mesma do outro e das suas crianças, o sentimento, é, aí eu me baseio nisso tendo conhecimento da minha cultura, porque minha cultura não é diferente das minhas crianças...* ***Conhecer sua própria cultura****, não adianta ser indígena se não conhece a própria cultura...tem indígena perdendo a própria língua e se fecha para cultura...****Ter uma boa vontade****, o* ***conhecimento didático e de prática pedagógica,*** *as duas coisas, e não adianta ser indígena e não saber passar cultura indígena... Como que você vai ensinar as suas crianças?* (Trecho 33 - Entrevista com o educador, grifo nossos)

Todavia, acreditamos que para constituir e desenvolver essas habilidades seja necessário a dimensão educativa, principalmente a escolar, que proporcionará ao aluno Guarani ser qualquer profissional, mas não deixando de ser Guarani:

> *Primeiramente a sua identidade, ele manter a sua identidade, ele sentir orgulho de ser Guarani, aí depois eu sou Guarani, eu tenho orgulho, eu sou filho de quem, minha bisavó é quem, a história, ele não vem do lugar nenhum, ele tem que saber o que eu sou? a minha cultura é o quê?... a criança tem que saber a história dele... se sentir Guarani… não outro povo... manter a identidade forte e por trás disso tem toda a questão ética... o que o Guarani deve manter, isso para ele garantir até sua espiritualidade, seja de forma mais saudável, no mundo de hoje é difícil manter.. Por que são jovens, são crianças, que têm várias possibilidades de aprender várias coisas ao mesmo tempo com a tecnologia, aí acaba não colocando sua identidade em primeiro lugar* […]. (Trecho 33 - Entrevista com o educador)

Consideramos que diante dos vários sentidos que possa ter a educação escolar indígena, uma pessoa não indígena não poderia defini-los, pois, mesmo tendo conhecimento sobre a salvaguarda da mesma, os sentidos seriam superficiais, o sentido essencial e crucial está assentado na concepção dos indígenas, que são indígenas e vivem como indígenas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Acreditamos que, independente do sentido que a educação escolar possa adquirir para os indivíduos, é necessário que ela seja sempre um mecanismo de liberdade proporcionando diversas possibilidades, e não limitações, tornando realidade o que consta no artigo 205 da Constituição Federal:

> A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno

> desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (BRASIL, 1998).[8]

Aos povos indígenas, o direito à educação escolar deve possibilitar que eles aprendam à sua maneira os conhecimentos científicos, dando-lhes a salvaguarda "[...] de permanecerem índio, isto é, de permanecerem eles mesmos com suas línguas, culturas e tradições" (GRUPIONI, 2002, p.130).

Como ficou evidenciado na fala do entrevistado não é só a educação escolar, mas também as outras dimensões educativas que permitem que a cultura Guarani, seja reafirmada. A escola indígena não é para separar o indígena do não indígena, mas para permitir que suas crianças sejam crianças indígenas, que possam aprender os saberes de sua cultura, que possam se comunicar usando sua língua, que possam aprender da forma que lhes é mais real, dessa forma, preservando e fortalecendo a identidade indígena, identidade esta que é comum aos Guaranis de Três Palmeiras, que apesar das singularidades, mantém o sentimento de pertencimento da criança e do jovem ao seu povo.

Aquelas crianças da minha infância, que eu via à beira do rio Piraquê-Açu, estudavam e frequentavam uma escola como eu. Embora tivéssemos os mesmos direitos à educação, para mim, a educação escolar tinha um único sentido, o de me "formar para ser alguém". Para elas e seu povo, o sentido da educação escolar era o de preservar, o de manter, e fazê-las compreender que sua identidade cultural já as tornavam alguém.

REFERÊNCIAS

BANIWA, Gersem. Educação escolar indígena no Brasil: avanços, limites e novas perspectivas. In: 36ª Reunião Nacional da ANPEd, 29 set. a 02 out. 2013, Goiânia, GO. **Anais...** (on-line). Rio de Janeiro: Anped, 2013. Disponível em<http://36reuniao.anped.org.br/pdfs_trabalhos_encomendados/gt21_trabalhoencomendado_gersem.pdf>. Acesso em 27 fev. 2018.

BERGAMASCHI, Maria Aparecida. MEDEIROS, Juliana. **História, memória e tradição na educação escolar indígena: caso de uma escola kaingang**. In: revista brasileira de história. São Paulo, v.30, n°60, p.55.75. 2010. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/rbh/v30n60/a04v3060.pdf>. Acesso em 30 fev.2018.

[8] Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em 07 maio 2018.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei número 9394 de 20 de dezembro de 1996. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/lei9394_ldbn1.pdf>. Acesso em março de 2018.

CARVALHO, Mauro. **A construção das identidades no espaço escolar**. Revista Reflexão e Ação, Santa Cruz do Sul, v. 20, n.1, p.209-227, jan. /jun. 2012. Disponível em: <https://online.unisc.br/seer/index.php/reflex/article/view/2161/2521>. Acesso em 5 mar. 2018.

FILS-AIME, Franckel. SILVA, Isabela Quevedo. SANTIN, Mônica. **A interferência da memória do educador no processo de ensino-aprendizagem e na construção da personalidade ética dos sujeitos**. 2012. Disponível em: <http://docplayer.com.br/61031542-A-interferencia-da-memoria-do-educador-no-processo-de-ensino-aprendizagem-e-na-construcao-da-personalidade-etica-dos-sujeitos-educativos1.html>. Acesso em 5 mar.2018.

GRUPIONI, Luís Donisete. Do nacional ao local, do federal ao estadual: as leis e a Educação Escolar Indígena. In: MARFAN \, Marilda Almeida (Org.). **Congresso brasileiro de qualidade na Educação**: formação de professores: educação indígena. Brasília: MEC, SEF, 2002. v. 4, p. 130-136. Disponível em <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me000497.pdf>. Acesso em 30 fev. 2018.

_____.O governo brasileiro e a Educação Escolar Indígena 1995/1998. Brasília: SEF/MEC, 1998.

PILETTI, Nelson. PILETTI, Claudino. **Filosofia e história da educação**. 13 ed. São Paulo: Ática. 2006.

ROSA, Lucia; NEVES, Luiz; PACHECO, Renato. **Aracruz:** nosso município**,** noções históricas e geográficas. Serra: Editora Formar, 2004.

SECCHI, Darci. Apontamentos acerca da regularização das escolas indígenas. In: MARFAN, Marilda Almeida (org.). **Congresso brasileiro de qualidade na educação**: formação de professores: educação indígena. Brasília: MEC/SEF, 2002. v. 4, p. 136-142. Disponível em <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me000497.pdf>. Acesso em 30 fev. 2018.

APÊNDICE A

Roteiro da entrevista

Orientação: Iniciar a entrevista explicando os objetivos do trabalho e pedindo consentimento para que ela seja gravada. Apresentar o termo de consentimento livre e esclarecido e esclarecer as dúvidas que possam surgir.

- Pegar os dados pessoais do entrevistado: nome, idade, sexo, profissão, etnia, aldeia.

Eixo I - História de vida: o processo de escolarização - Como foi meu processo de escolarização/trajetória escolar?

- Objetivo deste eixo: conhecer o processo de escolarização pelo qual o gestor/professor passou.
- Conversar sobre:
    - As escolas que frequentou? (Educação infantil indígena/ não indígena ensino fundamental indígena/ não indígena ensino médio indígena/ não indígena graduação/ pós graduação)
    - Momentos marcantes da vida escolar
    - Sobre a questão do respeito à identidade indígena
    - Diferenças e semelhanças entre as escolas indígenas e não indígenas que frequentou
    - A contribuição que cada escola teve em sua vida.

Eixo II - História de vida: o processo de profissionalização - Como me tornei gestor/professor de uma escola indígena?

- Objetivo deste eixo: conhecer a história de vida profissional do gestor/professor. Conversar sobre:
    - As principais relações sociais estabelecidas durante sua vida que determinaram a escolha profissional.
    - Motivos que o fizeram trabalhar na área da educação.
    - As experiências profissionais que teve antes de ser diretor/professor desta escola.
    - Como se tornou gestor (diretor) /professor desta escola.
    - Em que as suas experiências escolares contribuíram para sua prática enquanto gestor/professor?
    - As semelhanças e diferenças entre a educação que recebeu e a que proporciona aos seus alunos.

Eixo III - O trabalho do gestor/professor - Qual é a minha atividade? Como é a minha atividade?

- Objetivo deste eixo: caracterizar a atividade do gestor/professor
- Conversar sobre:
    - Como é fazer a gestão / ser docente numa escola indígena
    - Como percebe o trabalho que desenvolve
    - As atividades que desenvolve
    - Que função social/cultural o gestor/professor da escola tem perante a aldeia
    - Como se sente enquanto gestor/professor
    - A possibilidade de um profissional não indígena gerir esta/ser docente nesta escola

Eixo IV - Educação escolar indígena - O que é a educação escolar indígena?

- Objetivo deste eixo: caracterizar a educação escolar indígena
- Conversar sobre:
    - O que diferencia uma escola indígena de uma não indígena.
    - Em que e como a educação escolar indígena beneficia o educando.
    - Quais as características/conhecimentos/atributos que considera importante para ser um gestor/professor indígena.

APÊNDICE B

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Eu_____,
tendo sido esclarecido dos objetivos do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) realizado pela aluna Núbia dos Santos Marastoni, regularmente matriculada no Curso de Pedagogia das Faculdades Integradas de Aracruz (FAACZ) e orientado pela Profª Rita de Cássia Mitleg Kulnig, concordo em participar da entrevista conduzida pela referida aluna e autorizo o uso da transcrição de trechos da áudio gravação dessa entrevista no artigo que será fruto deste TCC, ciente de que este material poderá vir a ser publicado em periódicos educacionais.

_____

Assinatura do participante

Cientes:

_____

Núbia dos Santos Marastoni

_____

Rita de Cássia Mitleg Kulnig

Aracruz, ___ de março de 2018.